

## INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UM PROCESSO AINDA EM CONSTRUÇÃO

Francisco Leonardo da Costa<sup>1</sup>; Marília Maria de Jesus Queiroz<sup>2</sup>; Iana Fernandes Caldas<sup>3</sup>.

*Estudante de Psicologia na Faculdade Evolução (Pau dos Ferros-RN); fcoleonardo2011@hotmail.com<sup>(1)</sup>*

*Estudante de Psicologia na Faculdade Evolução (Pau dos Ferros-RN); marilia.j.queiroz@gmail.com<sup>(2)</sup>*

*Professora de Psicologia na Faculdade Evolução (Pau dos Ferros-RN); iana\_psicologia@hotmail.com<sup>(3)</sup>*

**RESUMO:** A inclusão vem exigindo maior atenção nos últimos anos, no âmbito escolar vem passando por diversas dificuldades, desde os primórdios de suas discussões teóricas até a contemporaneidade, seja na infraestrutura ou metodologia pedagógica da escola. Proveniente da exclusão social, a inclusão busca quebrar barreiras, preconceitos e sofrimentos para um determinado público que sofre com tamanho desafio de superar-se cotidianamente, o grande objetivo tem sido apresentar aos demais suas potencialidades, que também são capazes de aprender e desenvolver trabalhos, necessitando apenas de orientação adequada para demonstrar suas habilidades e conhecimentos. Desse modo, o objetivo deste trabalho é apresentar o processo de inclusão de deficientes visuais no ambiente escolar, abordando especificamente o início das discussões da inclusão na educação do nosso país, apresentar os principais desafios enfrentados nos últimos anos e traçar alternativas possíveis para o processo de inclusão desse público. A partir de um levantamento bibliográfico buscou-se realizar uma pesquisa de caráter qualitativo para melhor compreensão desse tema, abordando desde o contexto histórico, à desafios, realidade e alternativas que resultaram na compreensão e discussão dos fatos explorados para se compreender como culminou esse processo de inclusão, além de valorizar a união entre pais, alunos e comunidade escolar como um todo para melhor desenvolvimento dos alunos com deficiência visual. As mudanças estruturais e pedagógicas no ambiente escolar são necessárias para um processo educacional inclusivo. Os deficientes visuais devem ter acesso ao ensino básico como toda e qualquer pessoa, sendo necessário um auxílio especial para que o mesmo possa compreender o que repassado. Concluindo que além da escola e da família dos deficientes visuais, a sociedade também deve fazer seu papel para inclusão e serem fiscalizadores desse processo ainda em construção no ambiente escolar.

**Palavras chaves:** Deficientes Visuais, inclusão, ambiente escolar, sociedade.

**ABSTRACT:** Inclusion has been demanding more attention in recent years, in the school environment has been experiencing several difficulties, from the beginnings of its theoretical discussions to the contemporaneous, whether in the infrastructure or pedagogical methodology of the school. Inclusion seeks to break barriers, prejudices and sufferings for a certain public that suffers with such a challenge to overcome itself daily, the great objective has been to present to the others their potential, who are also able to learn and develop work, requiring only adequate guidance to demonstrate their skills and knowledge. Thus, the purpose of this paper is to present the process of inclusion of the visually impaired in the school environment, specifically addressing the beginning of the discussion of inclusion in education in our country, presenting the main challenges faced in recent years and outlining possible alternatives for the inclusion. Based on a bibliographical survey, a qualitative research was carried out to better understand this theme, approaching from the historical context, the challenges, reality and alternatives that resulted in the understanding and discussion of the facts explored to understand how culminated this process of inclusion, in addition to valuing the union between parents, students and the school community as a whole for better development of students with visual impairment. Structural and pedagogical changes in the school environment are necessary for an inclusive educational process. The visually impaired should have access to basic education like any other person, and special assistance is needed so that they can understand what they have passed on. Concluding that in addition to the school and the family of the visually impaired, society must also play its part in inclusion and oversee this process still under construction in the school environment.

**Keywords:** Visually impaired, inclusion, school environment, society.

## INTRODUÇÃO

A inclusão pode ser considerada como a reação da exclusão sobre o meio social e entendida como uma participação de todas as raças, cores, etnias, religiões, sexo e deficiências numa só sociedade, uma participação que invade o nosso meio buscando a igualdade entre todos os seres. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2009), “ao falar da inclusão, falamos de um conflito histórico e pertencente a certo funcionamento social, determinado pela exclusão social; o sistema em que vivemos é excludente em sua raiz”. Assim, ao compreender o que é uma prática excludente e segregativa pode-se criar e/ou realizar novos saberes e metodologias inclusivas que possibilitaram desmitificar mitos sobre a deficiência, produzindo um contexto de fato inclusivo para o público que necessita de uma educação especial.

É importante ressaltar que nosso passado é manchado por grandes injustiças cometidas em relação a inclusão, tudo que era fora do normal ou diferente era taxado e excluído da sociedade pela própria.

A partir dos anos de 1960 e 1970 uma nova era começava em nosso país, os primeiros passos para a inclusão estavam sendo dados e a sociedade passou a ter um olhar diferenciado a pessoa com necessidades especiais, como exemplo os deficientes visuais. A própria Constituição Federal de 1988 teve um papel fundamental para consolidar “a inclusão como princípio de direitos das pessoas com deficiência no âmbito social e escolar” (RIBEIRO, 2017, p. 9). De acordo com Mascaro (2013) a inclusão tem como princípio básico a ruptura com a ideia de padrão, dando lugar a equiparação de oportunidades entre os sujeitos, independentemente de cor, raça, classe social, sexo, deficiência, produzindo o respeito e aceitação da diferença.

Este trabalho tem como foco apresentar aos leitores como se deu o processo de inclusão de deficientes visuais no âmbito escolar, analisando de forma específica o processo de inclusão na educação como um todo, apresentando os principais desafios enfrentados e traçando algumas alternativas cruciais que determinam uma inclusão desse público. “A compreensão ampla do conceito de inclusão ultrapassa as questões de acessibilidade, as barreiras arquitetônicas, os limites físicos e suas relações, ampliando-se para todas as maneiras de incluir os seres humanos...” (SOUZA; COSTA, 2016, p.46).

Se faz necessário compreender como nossas instituições escolares se posicionam em relação a inclusão de deficientes visuais, para que possamos tomar conhecimento da atual situação escolar que pode expressar a educação de todos que

passam por esse ambiente, nos fazendo refletir e tomar uma posição frente a isso, levando em conta que uma escola que exclui não produzirá seres humanos que incluem. Assim temos referência teórica que norteiam o complexo campo da inclusão para os profissionais da educação que trabalhem de forma consciente e eficaz, pois é com estudos nesse âmbito que a realidade pode ser discutida pelos profissionais antes mesmo de vivenciá-la podendo os levar num caminho mais inclusivo.

## **METODOLOGIA**

Este artigo é de caráter qualitativo e para que pudéssemos elaborá-lo se fez necessário o uso da pesquisa bibliográfica, que de acordo com Pizzani et al. (2012, p. 54) é “a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes”.

O trabalho está dividido em fundamentação teórica que se subdivide em duas partes, sendo a primeira focado na inclusão escolar dos deficientes em geral e a segunda específica a inclusão do deficiente visual na escola. Na parte final apresentaremos os resultados e discussões acerca do tema e as considerações finais deste estudo.

## **INCLUSÃO ESCOLAR DE DEFICIENTES**

Os movimentos sobre inclusão iniciaram a partir de 1960, os mais discriminados ocupavam seu espaço significativamente no meio social a cada dia que se passa fazendo com que as instituições se preocupasse frente a essa nova realidade. A escola também não ficou de fora e passou a pensar sobre como atender essa demanda que desafia o modelo tradicional de ministrar aula.

A inclusão passa a transformar o processo de escolarização, porém se percebe um profundo embate sobre o conceito do que é ensino inclusivo e o que é ensino comum e quais as suas diferenças. Dentre as leis, decretos e declarações que mais se destacam nesse processo temos de acordo com Ribeiro (2017), a criação da constituição de 1988 e a Lei De Diretrizes e Bases Da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, onde as pessoas com necessidades especiais passaram a ter acesso a escola devendo proporcionar uma educação de qualidade a todos, além das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº. 2/2001), a Declaração de Salamanca criada em 1994 em Salamanca na Espanha, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva

da Educação Inclusiva elaborada em 2007 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Como é de fácil compreensão a escola passou a contar com a educação inclusiva que é o meio de educar os mais diversos tipos de deficiências existentes, porém isso não diminui o tamanho do desafio que a mesma tem que cumprir devido ao tamanho do embate teórico e prática existente. O Brasil passou por diversos obstáculos para se chegar a esse tipo de educação para todos, e a partir do ano de 2003 o presidente da república Luís Inácio Lula da Silva começa a investir na chamada Educação Inclusiva.

Dessa forma, podemos dizer que a política de Educação Inclusiva foi consolidada no governo Lula, com uma série de dispositivos legais e fontes de financiamento que vêm gradativamente transformando a estrutura dos programas de atendimento a esse alunado e à organização das escolas de modo geral. (MASCARO, 2013, p. 40).

Quando se fala em Educação Inclusiva nos vem à mente o quanto isso é particular para a escola, haja vista que é algo muito amplo que aborda as diversas questões e suportes dentro do ambiente escolar. É preciso uma transformação na estrutura física da escola como também pedagógica para que possa cumprir com os objetivos propostos, além de organização da gestão escolar que seja democrática e investir totalmente nessa prática. “[...] em face das dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas brasileiras, torna-se evidente que há pouco investimento, não apenas no que diz respeito ao processo inclusivo, mas ao sistema educacional como um todo” (LEONARDO; BRAY; ROSSATO, 2009, p. 290). Contudo se faz necessário um olhar amplo para compreender os principais desafios dos estudantes que possuem qualquer deficiência, podendo muitas vezes haver uma exclusão nítida no abito escolar do que uma inclusão, que é o caso de um estudante não acompanhar a organização da escola fazendo com que esse espaço seja compreendido como algo sem sentido para ele e a mesma não procura mudar para proporcionar uma aprendizagem satisfatória.

Podemos dizer que o crescente reconhecimento da Educação Inclusiva como forma prioritária de escolarização de alunos com deficiências ou outras necessidades educacionais especiais, na prática, ainda não se configura em nosso país de forma efetiva. Apesar do empenho para a implementação dessa proposta educacional e do desenvolvimento de inúmeras experiências promissoras, a realidade é que a grande maioria das redes de ensino de nosso país ainda carece das condições institucionais mínimas necessárias para sua viabilização [...] É inegável a ampliação das políticas de inclusão escolar, assim como a produção de pesquisas e discussões envolvendo a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais. Entretanto, os dados colhidos mostram que no dia-a-dia a escola mantém concepções e práticas curriculares tradicionais e seletivas, não garantindo a aprendizagem de todos os alunos, sobretudo daqueles com deficiências e outras condições atípicas de desenvolvimento. (MASCARO, 2013, p. 50-51).

É perceptível o quanto a inclusão se desenvolveu durante esses últimos anos no âmbito escolar. O governo não mediu esforços para criar programas e leis que fundamentassem e assegurassem condições precisas para esse processo. Mas é preciso mais que isso para que a inclusão se faça presente entre nós. Os próprios estudantes devem participar ativamente desse processo, mas essa participação deve ser “entendida em razão da constituição de uma dada atividade escolar que fornece, ao aluno com deficiência, plenas condições de atuação” (CAMARGO, 2010, p.260). Conscientizar-nos e fazer nosso papel também é importante, visto que devemos sempre ser fiscalizadores desses projetos, pois embora se tenha leis e programas estes não garantem total cumprimento do que está escrito.

É necessário ser cuidadoso ao promover subsídios e alternativas para acolher a demanda. Deve-se estar atento a organização das disciplinas como um todo que são ministradas. Sem se fixar nas dificuldades que o indivíduo que necessita ser incluído possui, reconhecendo-o em suas capacidades ressaltando o que Gross e Nogueira (2016, p. 35) nos diz “ao se conscientizar sobre suas próprias capacidades, o indivíduo vence preconceitos com relação à inadequação de certas atividades ou áreas do conhecimento, supostamente determinada pela condição socialmente imposta de sua deficiência”. Porém, sabemos que as diversas percepções dos demais profissionais envolvidos poderiam atrapalhar todo o processo de inclusão na escola.

Outra dificuldade na efetivação da proposta de integração era a falta de interação entre o professor regente da turma da qual o aluno com deficiência fazia parte, e o professor da sala de recursos que lhe daria suporte especializado. Em vez de trabalhar em conjunto, o professor da turma comum seguia a rotina pré-programada, sem fazer qualquer adaptação em sua prática pedagógica para facilitar o acompanhamento do aluno especial. Na realidade, pouca atenção era dada a esses alunos e, na maioria dos casos, a responsabilidade por sua aprendizagem era delegada ao professor da sala de recursos. (MASCARO, 2013, p. 38)

Além disso é preciso lembrar que o âmbito escolar conforme nos relata o Conselho Federal de Psicologia (2009) também fez com que a sociedade se tornasse desigual a partir das práticas escolares, que também produziu sujeitos oprimidos, impotentes e deficientes, assim a educação deve ser entendida como uma condição de saúde por produzir diversas subjetividades. Dessa forma “assumir a inclusão escolar como princípio significa construir e implementar um projeto coletivo de reinvenção da escola, em suas dimensões pedagógica e organizacional, e das relações estabelecidas entre os integrantes do nosso sistema de ensino[...] Uma utopia necessária” (Cruz; Glat, 2014, p. 270).

## INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS

Sabemos o quanto a deficiência visual - DV é desafiadora tanto para a escola como para a pessoa que necessita de um apoio especial devido à essa necessidade. “Diante dessa perspectiva de inclusão, a escola deve garantir a permanência e o acesso do aluno com DV nas classes regulares de ensino da mesma forma que assegura aos demais. Com os mesmos direitos e deveres e valorizando, acima de tudo, as diferenças de cada educando”. (RIBEIRO, 2017, p. 9).

Se faz necessário compreender que a deficiência visual poder ser dividida alterando sobre a cegueira e baixa visão segundo Ribeiro (2017, p.13 apud Brasil 2001a) que “define baixa visão como uma alteração da capacidade funcional da visão [...] já a cegueira é a perda total da visão até a ausência de projeção de luz”.

Uma realidade triste é saber o quanto ainda precisa ser mudado para que esse processo se concretize. Segundo Ribeiro (2017) ainda há muitas barreiras que precisam ser rompidas para que se possa realmente alcançar a inclusão para os que mais necessitam, principalmente na área pedagógica.

Devemos buscar a mudança necessária e extinguir o modelo tradicionalista das escolas. As mesmas devem se tornar não só um lugar de aprendizagem, de aquisição de conhecimento e pesquisa, mas sim de ser um espaço inclusivo onde todos, sem nenhuma exceção, se sintam parte desta família educacional que funciona junto com o apoio de toda comunidade escolar.

Diante desse contexto, torna-se indispensável a construção de uma escola inclusiva, estando aberta para receber alunos com deficiência e estabelecendo relações significativas para o futuro dos educandos, tornando-os cidadãos capazes de lidar com os desafios e dificuldades impostas pela sociedade contemporânea[...] Os alunos com DV, devem estar inclusos no sistema regular de ensino, atendendo aos princípios da educação inclusiva, e de uma escola para todos[...] A inclusão escolar necessita apresentar como ponto primordial uma educação para todos, fazendo com que todos trabalhando juntos em busca de uma educação para todos, fazendo com que seja criado um laço de afetividade no âmbito escolar. (RIBEIRO, 2017, p. 12-15)

Para que se possam romper essa realidade é preciso buscar alternativas e trilhar novos caminhos. Devemos ter consciência que inclusão não significa apenas acolher aquela pessoa que necessita, é preciso muito mais que isso. Podemos pensar no afeto como um componente característico para que a inclusão der certo, que a partir dele podemos demonstrar ao aluno o amor, valor e respeito, enfatizando esse sentimento como importante para o desenvolvimento do alunado. “É importante levar em consideração que em uma sala de aula os alunos precisam de relações afetivas para que possam se

desenvolver e, dessa maneira, lidar com as diferenças de cada indivíduo que nela se encontra”. (RIBEIRO, 2017, p. 17)

Podemos pensar nas emoções e na relação de amizade que também pode estar presente entre o aluno com necessidades especiais e o professor dando a ele mais segurança, porém devemos ficar atentos pois quando essas relações não deve acontecer apenas entre professor e aluno, ou aluno deficiente e os demais, mas sim deve ser algo integral. “Em sala de aula o professor encontra realidades diversas, por esse motivo, a importância de conquistar o aluno e de demonstrar a atenção necessária a cada um deles”. (RIBEIRO, 2017, p. 17)

Não podemos esquecer que a família tem um papel fundamental nesse processo, devendo sempre estar presente no âmbito escolar, sendo fiscalizadores para que a inclusão aconteça de verdade juntamente com a escola fazendo com que essa afetividade e atenção fortaleça o desejo de aprender.

Os professores como mediadores de conhecimento para que os alunos possam produzir e construir devem estar atentos aos desafios que lhe são apresentados. Podemos exemplificar aqui a metodologia empregada numa sala de aula onde possui deficientes visuais e alunos sem nenhuma deficiência. É preciso mudar a postura, diferenciar a aula para que esse conhecimento chegue até os deficientes, extinguindo os estereótipos tão presentes nos mesmos que por não enxergar acabam sendo taxados como pessoas incapazes de produzir como os demais.

A inclusão nas escolas, mais especificamente em contexto de sala de aula, deve partir do professor, utilizando estratégias inovadoras para sua aula, fazendo com que todos os alunos tenham uma participação ativa [...] Desse modo, para que os alunos com DV se sintam incluídos em contexto escolar é necessário que a escola e os educadores saibam respeitar as especificidades de cada educando possibilitando aos mesmos novas formas de conhecimento. (RIBEIRO, 2017, p. 20-24)

Esse novo parecer não significa que há necessidade de uma mudança total, os conteúdos expostos devem ser os mesmos para todos os estudantes, a única diferença é como o professor irá fazer para que os alunos deficientes possam adquirir conhecimento assim como os demais, ou seja, a adaptação pedagógica. O trabalho deve ser em conjunto com toda a comunidade escolar destruindo o que o Conselho Federal de Psicologia traz sendo algo preocupante que ainda acontece. “Muitos educadores trabalham em instituições nas quais domina um funcionamento individualizante que culpa o aluno pela produção do fracasso escolar, que culpa a família pelo fracasso da educação, que vive as práticas educativas de maneira individualizada [...]” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2009, p. 23).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao fazer uma análise do referencial teórico compreendemos alguns aspectos relatados que envolve a inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar, além de esclarecer as dificuldades e alternativas que podem ajudar nesse processo inclusivo não só na posição de professor, como também na posição da família, da sociedade e de toda comunidade escolar.

[...] Discutir a inclusão escolar implica em trazer à tona questões muito amplas, como: o pouco investimento no sistema educacional brasileiro; a falta de infraestrutura no tocante a recursos físicos para atender a todos os alunos, sejam eles especiais ou não; o preconceito; a discriminação; e, a falta de credibilidade que ainda impera em relação às pessoas diferentes, principalmente as que possuem algum tipo de deficiência. Essas pessoas são desrespeitadas e não são compreendidas como seres humanos com potencialidades e capazes de produzir como os demais cidadãos. (LEONARDO; BRAY; ROSSATO, 2009, p. 291)

Percebemos que os professores necessitam mudar sua postura em relação ao ensino e aprendizagem do alunado, além de trabalhar em conjunto para que possa realizar esse processo de forma eficaz, valorizando o aluno. É preciso ter consciência que esse aluno por mais que tenha necessidades especiais é capaz de produzir, assim a escola como um todo deve desenvolver oportunidades para que isso aconteça, estimulando o mesmo. “Dedicação é a palavra certa para os profissionais da educação que buscam melhorias no ensino para alunos com DV. Usar a criatividade, confeccionar materiais adaptados, jogos, brinquedos e outros contribuirão muito para a aprendizagem do aluno”. (RIBEIRO, 2017, p. 27)

Os docentes devem buscar outras alternativas que possibilitam a aprendizagem, deixando o estigma de que os alunos são apenas passivos, os mesmo devem ser posicionados como ativos, solicitando a sua participação na aula como complemento para aquisição da aprendizagem. Devemos ressaltar ainda que os deficientes devem ser incluídos em salas de aulas com alunos normais, sem segregação. Além disso, os sentimentos, expostos no trabalho, devem estar presentes no dia a dia da escola fazendo com que os alunos se sintam mais confortáveis, libertos e seguros para produção e aquisição de conhecimento. O professor deve incorporar à sua prática metodologias mais ativas; promover discussões mais críticas sobre deficiência; despertar o protagonismo DV possibilitando que o saber seja construindo em sala, não havendo apenas uma reprodução de conteúdo. Essa construção deve acontecer entre comunidade pedagógica e família, permitindo ao DV a expressão e desenvolvimento de habilidades, a prática inclusiva é um processo contínuo e ativo;

para isso é preciso que todas as partes estejam envolvidos por um objetivo comum: incluir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou através do levantamento bibliográfico apresentar a situação da inclusão de deficientes visuais no âmbito escolar, inclusão essa que como vimos ainda continua em construção por ser algo tão amplo e subjetivo para toda sociedade que nos antepassados excluía esses tipos de pessoas.

Para tanto vimos o que há muita coisa para mudar, desde da estrutura física até as relações pedagógicas na escola, ressaltando o quanto é importante a união entre os alunos, família e escola para que esse processo de concretize de forma que não segregue como se fazia no passado tão manchado pela exclusão, pelo preconceito. “Por fim, para que a inclusão de alunos com DV seja realmente efetivada faz-se necessário que as escolas sejam democráticas para atender as necessidades específicas de seus alunos, sendo assim, a educação ganha uma nova organização passando a incluir os alunos com DV”. (RIBEIRO, 2017, p. 30)

É preciso olhar diferente, para que os alunos possam sentir o cuidado e atenção que a escola tem com o mesmo. Esse olhar implica novas formas de ensinar, de ver a própria deficiência, de buscar novos caminhos e alternativas partindo da comunicação. Camargo (2010) propõem a criação de canais de comunicacionais como elaboração de dúvidas reformulação e construção de conhecimentos entre outros, exemplificando que sem essa possibilidade os deficientes visuais se encontraram excluídos em sala de aula. “A comunicação representa, portanto, a variável central para a ocorrência de inclusão escolar de alunos com deficiência visual”. (CAMARGO, 2010, p. 274). Não podemos esquecer do papel da sociedade que precisa mudar de hábitos para incluir as demais pessoas.

Assim, a partir de toda temática apresentada podemos fazer alguns questionamentos quanto a esse processo: estamos nos tornando uma sociedade inclusiva? O que podemos fazer para mudar essa realidade? E os investimentos nesse processo como estar se dando? Será que os professores já acordaram para as mudanças que necessitam? E a família como estar ajudando a escola? A partir desses questionamentos podemos refletir e produzir trabalhos que procuram esclarecer o andamento da inclusão em nosso país.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, E. P. **A comunicação como barreira à inclusão De alunos com deficiência visual em aulas de mecânica.** Ciência &

Educação, v. 16, n. 1, p. 259-275, 2010. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132010000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132010000100015)>.  
Acessado em 02 set 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia**. 1. ed. Brasília: p. 21-35, 2009.

CRUZ, G. C.; GLAT, R. **Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura**. Educare em Revista, n. 52, p. 257-273, 2014. Disponível em:  
<<http://revistas.ufpr.br/educar/article/viewFile/32950/22650>>. Acessado em 06 set 2017.

GROSS, L.; NOGUEIRA, M. A. **Ensino da arte e inclusão: Relatos de alunos com deficiência visual em aulas de artes visuais no colégio Pedro II**. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 12, n. 3, p. 33-59, 2016. Disponível em:  
<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/7890/pdf>>. Acessado em 04 set 2017.

LEONARDO, N. S. T.; BRAY, C. T.; ROSSATO, S. P. M. **Inclusão escolar: Um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico**. Rev. Bras. Ed. Esp., v.15, n.2, p. 289-306, 2009. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382009000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000200008)>.  
Acessado em 03 set 2017.

MASCARO, C. A. A. C. **Políticas e práticas de inclusão escolar: Um diálogo necessário**. Rev. Fac. Educ. (Univ. do Estado de Mato Grosso), v. 19, ano 11, n. 1, p. 33-55, 2013. Disponível em:  
<[http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol\\_19/artigo\\_19/33\\_55.pdf](http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_19/artigo_19/33_55.pdf)>. Acessado em 02 set 2017.

PIZZANI, L. et al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 10, n. 1, p. 53-66, 2012. Disponível em: <[https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf\\_28](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28)>.  
Acessado em 07 set 2017.

RIBEIRO, L. O. M. **A inclusão do aluno com deficiência visual em contexto escolar: Afeto e práticas pedagógicas**. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 13, n. 1, p. 8-32, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/9287/pdf>>.  
Acessado em 02 set 2017.

SOUZA, M. G. L. S.; COSTA, R. X. **Ensino de artes visuais para crianças com deficiências visuais no instituto dos cegos da Paraíba Adalgisa Cunha**. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 12, n. 1, p. 45-57, 2016. Disponível em:  
<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/7726/pdf>>. Acessado em 03 set 2017.